



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE					
2021/1					
PROFESSOR(ES)					
Fernando Gonzaga Jayme					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIR 861					
TEMA					
Temas de Direito Processual Civil					
SUBTEMA					
Acesso à justiça					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
(X) Sim () Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
(x) Sim () Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Quarta-feira	08:30 - 11:50	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
(X) Não () Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
() Sim (X) Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	CPF	INSTITUIÇÃO

EMENTA
A garantia do acesso à justiça como direito humano considerado sob dois princípios fundamentais: a) o do acesso à justiça; e b) o do acesso por meio de um processo justo.

BIBLIOGRAFIA
ALVARO DE OLIVEIRA, C.A. <i>O processo civil na perspectiva dos direitos fundamentais</i> . In, SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). <i>Jurisdição e Direitos Fundamentais</i> . Voll, t. II. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 251-263.
AMB. <i>O uso da Justiça e o litígio no Brasil</i> . Brasília: Associação dos Magistrados do Brasil. s.d.
ANDRADE, Érico. <i>As novas perspectivas do gerenciamento e da “contratualização” do processo</i> . <i>Revista de Processo</i> , São Paulo, v. 193/2011, mar. 2011, p. 167-200.
BAPTISTA DA SILVA, Ovídio A. <i>Processo e ideologia: o paradigma racionalista</i> . Rio de Janeiro, Forense, 2006.
BARBOSA MOREIRA, José Carlos. <i>A função social do processo civil moderno e o papel do juiz e das partes na direção e na instrução do processo</i> . In: <i>Revista de Processo</i> . São Paulo:



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

Revista dos Tribunais, 1985, n. 37, s/p.

_____. Correntes e contracorrentes no processo civil contemporâneo. Temas de direito processual: 9ª Série. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. O neoprivatismo no processo civil. Temas de direito processual: 9ª Série. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAPLAN, Lincoln, LIEBMAN, Lance, SANDEFUR, Rebecca L. (Coord.) Access to justice.. Dædalus Journal of the American Academy of Arts & Sciences, Volume 148, Number 1; Winter 2019.

COMOGLIO, Luigi Paolo. *Etica e técnica del 'giusto processo'*. Torino: G. Giappichelli Editore. 2004.

CURRAN, Liz, NOONE, Mary Anne. Access to justice: a new approach using human rights standards. International Journal of Legal Profession. Volume 15, 2008 - [Issue 3](#), p. 195-225.

FRA - European Union Agency for Fundamental Rights. Access to justice in Europe: an overview of challenges and opportunities. Luxemburgo: Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011

FOCARELLI, Carlo. *Equo processo e Convenzione Europea dei Diritti dell'Uomo*. Milão: CEDAM, 2001.

FRANCIONI, Francesco. Access to Justice as a Human Right. Oxford Press, 2007

LLOBREGAT, José Garberí. *El derecho a la tutela judicial efectiva em la jurisprudencial del Tribunal Constitucional*. Barcelona: Bosch, 2008.

MACDONALD, Roderick. Theses on Access to Justice. *CJLS/RCDS Vol. 7 #2 (Fall/automne 1992)*

SANDEFUR, Rebecca L., ALBISTON, Catherine R. EXPANDING THE EMPIRICAL STUDY OF ACCESS TO JUSTICE. *WISCONSIN LAW REVIEW*, 2013

MIJATOV, Tihomir, BARRACLOUGH, Tom, FORSTER, Warren. THE IDEA OF ACCESS TO JUSTICE: REFLECTIONS ON NEW ZEALAND'S ACCIDENT COMPENSATION (OR PERSONAL INJURY) SYSTEM, *Windsor Yearbook of Access to Justice*, 2016, p. 197-229

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

BLACKBURN, Daniel. Removing Barriers to Justice How a treaty on business and human



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

rights could improve access to remedy for victims. <https://www.somo.nl/wp-content/uploads/2017/08/Removing-barriers-web.pdf>. Acesso em 27/02/2021

GALANTER, Marc. Por que "quem tem" sai na frente: especulações sobre os limites da transformação no Direito. <http://hdl.handle.net/10438/25816>. Acesso em 27/02/2021.

RHODE, Deborah L., *Whatever Happened to Access to Justice*, 42 Loy. L.A. L. Rev. 869 (2009). <https://digitalcommons.lmu.edu/llr/vol42/iss4/2>. Acesso em 27/02/2021

SANDEFUR, Rebecca L. Access to Civil Justice and Race, Class, and Gender Inequality. https://www.researchgate.net/profile/Rebecca-Sandefur/publication/228225435_Access_to_Civil_Justice_and_Race_Class_and_Gender_Inequality/links/54c67e90cf256ed5a9e86ee/Access-to-Civil-Justice-and-Race-Class-and-Gender-Inequality.pdf. Acesso em 27/02/2021

GROSS, Luciana Cunha et alli. ACESSO À JUSTIÇA E DESIGUALDADES: UMA ENTREVISTA COM A PROFESSORA REBECCA SANDEFUR. Rev. direito GV vol.16 no.2 São Paulo 2020 Epub Oct 16, 2020. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/83268/79072>. Acesso em 27/02/2021.

THEODORO JR. Humberto. Constituição e processo: desafios constitucionais da reforma do processo civil no Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iii-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-a-consolidacao-das-instituicoes/poder-judiciario-e-acesso-a-justica-constituicao-e-processo-desafios-constitucionais-da-reforma-do-processo-civil-no-brasil>. Acesso em 26/02/2021.

WU, Tim. WILL ARTIFICIAL INTELLIGENCE EAT THE LAW? THE RISE OF HYBRID SOCIAL-ORDERING SYSTEMS. Columbia Law Review, Vol. 119, No. 7, SYMPOSIUM: Common Law for the Age of AI (NOVEMBER 2019), pp. 2001-2028 <https://www.jstor.org/stable/10.2307/26810857>. Acesso em 27/02/2021.